

JESUS, PAULO

Michel Foucault e a revolução narrativa em psicopatologia e psicoterapia: ser-em-estórias
entre pathos e poiesis

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. 20, núm. 3, julio-septiembre, 2017, pp. 511-525

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233053224007>

Michel Foucault e a revolução narrativa em psicopatologia e psicoterapia: ser-em-estórias entre *pathos* e *poiesis*

Paulo Jesus*¹

511

O modelo narrativo em psicopatologia e psicoterapia, com dinamismo crescente desde a proposta inicial de White e Epston (1990), afirma-se como crítica “discursiva” não somente das categorias de diagnóstico psicopatológico, mas também da assimetria cognitiva e prática na relação psicoterapêutica. Neste artigo, examinamos os fundamentos epistemológicos desse modelo, recorrendo a Michel Foucault para examinar os processos simbólicos de criação narrativa da subjetividade.

Palavras-chave: Terapia narrativa, Michel Foucault, história de vida, subjetividade

*¹ Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto, Portugal)

A revolução narrativa em psicopatologia e psicoterapia

O foco deste artigo será a proposta teórica e clínica de uma revolução narrativa em psicopatologia e psicoterapia, discutida em suas vinculações e afastamentos com relação ao pensamento foucauldiano que constituiria seu fundamento epistemológico. Concentramo-nos na proposta específica de White e Epston (1990; White, 2007, 2011), reconhecendo, porém, a amplitude das suas reverberações (e.g. Angus & Mcleod, 2004; Brown & Augusta-Scott, 2007; Duvall & Béres, 2011; Freedman & Combs, 1996; Gilligan & Price, 1993; Madigan, 2011; Malinen, Cooper, & Thomas, 2012; McLeod, 1997; Payne, 2006).

512

A proposta teórica e prática deste movimento narrativo expõe afinidades com a epistemologia pós-moderna, pós-positivista e pós-individualista, cuja ideia fundamental reside na impossibilidade de contacto imediato com o real e com o “eu”, implicando que todo o heteroconhecimento e todo o autoconhecimento se tecem num jogo de mediações semióticas e de círculos hermenêuticos. Neste contexto, a Psicoterapia pós-moderna de White e Epston concebe técnicas discursivas e performativas enquanto tecnologias simbólicas de subjetivação que permitem atingir uma libertação poiética do *pathos* psíquico. A intervenção psicoterapêutica concebe-se como co-construção narrativa, em que o “eu” se forma e transforma na colaboração aberta de uma obra experimental cuja matéria-prima consiste em estórias vividas.

Para White e Epston, e para a quase totalidade dos terapeutas narrativos supracitados, fiéis a uma epistemologia crítica, tecida à luz da noção foucauldiana de saber/poder, a psicopatologia e a psicoterapia “modernas” desvelariam a sua eficácia disciplinadora, verificadora e normalizadora, reclamando o primado da estrutura sobre a ação singular e desqualificando o valor ontológico e epistémico da consciência de si. O sujeito não poderia possuir-se a si

ARTIGOS

próprio a não ser pela sujeição às práticas de categorização normalizadora, emblemática dos sistemas DSM e ICD, dispositivos de “tecnociência” e “jogos de verdade” em que o sujeito se conforma como objeto, submetendo-se à dessubjetivação da sua experiência e à validação dos recursos semióticos que organizam, a um tempo, o saber psicopatológico, a relação terapêutica e a própria teleologia da mudança.

A psicoterapia instituiria uma relação assimétrica, sob o prisma cognitivo e actancial, ou seja, o psicoterapeuta emergiria como detentor de um conhecimento mais verdadeiro e mais eficaz do que o autoconhecimento fenomenológico, espontâneo, do sujeito-objeto de intervenção psicoterapêutica. Esta configuraria um lugar de heteronomia e de heterocontrole, visando a dotação quasi-pedagógica de autonomia ou a provisão de tutoria “técnica”, capaz de assegurar a recuperação da funcionalidade de sujeito. A história epistemológica da psicopatologia e da psicoterapia seria a história da queda progressiva da subjetividade e a consolidação de um “saber” que compreenderia e governaria o sujeito melhor do que ele jamais poderia compreender-se e governar-se a si próprio.

Contudo, tal superioridade epistêmica e actancial, longamente criticada por Gergen (2009), inspirando-se parcialmente em *Surveiller et punir* (Foucault, 1975) e em *Histoire de la sexualité I* (Foucault, 1976), fundar-se-ia numa ontologia do confinamento e da atomização, ignorando a origem e a dinâmica relacional do sentido, do conhecimento e da ação (Gergen, 2009, pp. 149-150, 202-206). Assim, o próprio conceito de *self* redefine-se sob o signo da performance relacional de sentido: um *know-how* de índole discursiva, uma interseção ou uma saturação de múltiplas relações semióticas (Gergen, 2009, pp. 60-76).

A obra pioneira de White e Epston (1990) apresenta a novidade revolucionária da terapia narrativa como procedendo da “analítica do poder” e traduzindo-se na suspensão da superioridade e da assimetria cognitiva na relação terapêutica por meio da interrupção do império discursivo das categorias de diagnóstico psicopatológico. Pretender-se-ia, neste modo, subverter a autoridade disciplinar e equilibrar as posições de saber/poder para que nenhum interlocutor se beneficie de um comando discursivo privilegiado. Sendo equilibradora da assimetria relacional, tradicionalmente inerente à condição terapêutica, a intervenção narrativa recusa mesmo pertencer à forma discursiva da “terapia”, propondo-se antes como encontro intersubjetivo “conversacional”, em que o terapeuta recusa a posição cognitiva superior de “perito”. A “conversação narrativa” seria um espaço de colaboração, formador

513

e transformador de intra- e intersubjetividade, onde os jogos do saber/poder se inverteriam e, mediante essa inversão, resultante da neutralização (relativa) do saber/poder disciplinar e da sujeição de si próprio ao discurso disciplinador, o sujeito se libertaria ou, pelo menos, iniciaria uma prática simbólica libertadora, fazendo da linguagem a matéria da atividade autorecriadora. Em suma, o sujeito seria o protagonista de práticas ou técnicas estéticas de subjetivação.

White e Epston (1990) propõem a “analogia do texto” e do “drama”, como metáforas da ação subjetiva portadora de sentido, que converge para a forma narrativa, instrumento simbólico de ordenação espaço-temporal, de atribuição de sentido e de interpretação avaliativa da experiência vivida. Porém, a forma narrativa seria permeável aos efeitos constitutivos do saber/poder e exprimiria a internalização de metanarrativas dominantes e normalizadoras onde a subjetividade emerge sob o modo da “docilidade” mental e somática. Segundo aqueles terapeutas, as narrativas problemáticas da experiência vivida, sofrida (mais “pática” do que “patológica”), que os sujeitos transportam para a “conversação”, exibem a gramática anônima das narrativas discursivamente dominantes que mutilam ou subjugam a singularidade e a polifonia da textura experiencial única. Portanto, haveria infinitas proto-narrativas que permaneceriam na margem de silêncio e paralisia, estórias ainda não narradas, aguardando uma conversação ou uma co-redação alternativa, compreensiva, em que novas possibilidades de subjetivação, anteriormente desqualificadas como não normativas, poderiam expandir o espaço discursivo-existencial. O objetivo da terapia seria precisamente “a geração de estórias alternativas que lhes permitam encarnar ou dramatizar novos sentidos”, correspondendo a “possibilidades desejadas” (White & Epston, 1990, p. 15).

Todavia, as condições da terapia narrativa suscitam questionamentos: em primeiro lugar, sobre a própria possibilidade desta “terapia” auto- e co-redacional que aspira ser uma situação discursiva sem subjugação ao discurso dominante. Como poderá conceber-se um processo de significação e simbolização, capaz de se exorbitar e de se furtar às forças centrípetas, normalizadoras, organizacionais do discurso? Qual o fundamento e a energia de uma suposta posição excepcional, irreverente, anárquica, no *workshop* autopoético do sujeito, que reivindicaria o reconhecimento das suas tramas narrativas performatizadas? Urge, também, interrogar a terapia narrativa sobre a relação que o poder terapêutico, em posição paradoxal de autonegação, de autossacrifício, ou de autodepreciação cognitiva (o terapeuta enquanto ignorante reflexivo), estabeleceria com o processo de inovação semiótica e existencial.

ARTIGOS

Neste ponto crítico, a terapia narrativa não pode ignorar hermenêutica das práticas de “cuidado de si”, a arte prática de autogoverno existencial ou a biopolítica de um “eu” em permanente exercício de transformação e de salvação (e.g. Foucault, 2001, pp. 457-467). Aproximamo-nos da passagem do “domínio heterônomo” para o “domínio de si” como formação ética e criação estética de um eu-obra-de-arte infinitamente inacabada, tarefa sempre *in medias res*, sem princípio nem fim, porque sempre inscrita na condição intervalar da (auto)interpretação interminável. Na teorização da terapia narrativa (White & Epston, 1990, e os autores supracitados), a ausência da questão premente do “governo de si”, que se compõe intimamente com o “cuidado de si”, suscita a dúvida relativa à possibilidade de fazer coincidir a “etopoiesis” ética e estética, criação de uma forma existencial pregnante de valor, com a “autopoiesis”, a criação e a ficção de si e por si.

Com efeito, o seu posicionamento intensifica a oposição entre discursos disciplinadores e redescrições singulares da experiência subjetiva, como se a autonarrativa de uma voz singular fosse a recuperação da autenticidade de uma estória, e como se o resgate da unicidade autêntica de um sujeito se fizesse através de um jogo de forças absolutamente contrárias: as forças normalizadoras, subjugadoras, contra as forças emancipadoras, libertadoras de um processo de subjetivação idiossincrática. Ora, no nosso entender, a pretensa “estória de vida autêntica” é uma inovação semântica que ocorre no interior de um sistema epistémico e social. O movimento centrífugo de aparente transgressão radical, e emergência criativa, alimenta-se das estruturas semióticas que sustentam uma forma de vida ou *ethos*.

515

Ao lemos White e Epston (1990), no horizonte epistemológico pós-moderno da psicopatologia e da psicoterapia (Fee, 2000; Gergen, 2009; Hook, 2007; Parker, 1995, 1999, entre outros), verificamos uma tripla negligência de questões foucaultianas: 1. o “cuidado de si”; 2. a relação entre subjetividade e verdade ou veridicção (*parrhesia*); e 3. as técnicas que fundam a “hermenêutica do sujeito” e a sua arte “autogovernamental” (Foucault, 1980/2013, 2001, 1984, 1988a, 1988b, 2001, 2008, 2009, 2012, 2014). Ao contrário, em White e Epston, constatamos uma centração predominante, quase exclusiva, na “analítica do poder” e na formação ou determinação discursiva da subjetividade enquanto “função-sujeito”, onde se manifesta o célebre efeito ou “função autor” (Foucault, 1966, 1969, 1972, 1975, 1979). A fim de articularmos estas duas grandes linhas, insistiremos na interação íntima entre as técnicas de dominação, as técnicas de significação e o desenvolvimento de técnicas de si, que realizam uma arte e um estilo de existir (Foucault, 1988c).

Ser-em-estórias: coerção e libertação narrativa

Se atendermos à configuração e mediação semiótica inerente à experiência vivida e à sua apropriação linguística, pela qual um sujeito se reivindica como intencionalidade ativa e autointerpretativa, o modelo ou analogia do “texto” supera o determinismo e abre a contingência, a plasticidade e a criatividade. A analogia do texto exprime a transcendência da ação significativa em relação ao “presente”, ou seja, a sua eficácia diacrônica ou policrônica, segundo a qual o “sentido” sobrevive à sua instanciação momentânea, transportando consigo um rastro sensível da pancronia vivida, em que memória, imaginação e emoção se fundem no processo de significação, orientado para a produção de “realidades preferidas” ou de “possibilidades desejadas” (Freedman & Combs, 1996; White & Epston, 1990).

A focalização na “atribuição de sentido” (*ascription of meaning*) permite considerar “a interação das pessoas como a interação de leitores em torno de textos particulares” e “a evolução de vidas e relações em termos de leitura e redação de textos, na medida em que cada nova leitura de um texto é uma nova interpretação e, assim, uma diferente escrita” (White & Epston, 1990, p. 9). A “experiência vivida” (*lived experience*) evoca implicitamente a categoria hermenêutica de *Erlebnis* que se apreende na construção poética autobiográfica, em que a vivência se exprime e se comprehende, interpretando a sua própria expressão simbolicamente mediatizada e exteriorizada (Dilthey, 1927). No circuito hermenêutico da vida-expressão-compreensão, torna-se indiscernível o “interior” e o “exterior”. A descrição de White e Epston (1990) denota alguma ambiguidade no tocante à relação (de identidade ou diferença ontológica?) entre uma suposta interioridade experiencial e uma exterioridade expressiva. De fato, parecem hesitar entre dualismo e monismo ao apresentarem o processo de passagem da experiência vivida à construção narrativa. Todavia, tendem a privilegiar o dualismo, pois remetem para certa *mimesis representacional* em que o real vivido seria traduzido em expressão narrativa, inscrevendo-se numa arquitetura fenomenológica de dois níveis: o da experiência vivida, a *Erlebnis ante-* ou pré-narrativa, e o da organização simbólica da experiência numa continuidade narrativa ordenadora e produtora de coerência, ou “*storying of experience*” (White & Epston, 1990, pp. 10-12).

Esse dualismo intensifica-se quando os autores se referem à desproporção quantitativa entre experiência e expressão, defendendo que a “riqueza em experiência” supera a possibilidade de expressão narrativa e constitui a fonte material dessa expressão, ou seja, “estoriar a experiência” consistiria

ARTIGOS

numa representação seletiva da experiência, implicando que “somente uma fração da experiência poderia ser estoriada (*storied*) e expressa em determinado momento” (White e Epston, 1990, p. 15).

Esta mesma leitura é articulada com a noção foucaultiana de “verdades normalizadoras” para explicar a hegemonia de determinadas formas de “estoriar a experiência”, designadas *problem-saturated*, que se tornam dominantes e subjugadoras das relações intra- e inter-subjetivas. A sua substituição por modos alternativos, inovadores, contra-hegemónicos, de “estoriar a experiência”, promovidos pela conversação terapêutica a fim de expandir o significado da experiência, é descrita como sendo um processo de investigação que permite atingir uma representação mais *adequada* da experiência. Portanto, seguindo este argumento realista que sugere uma competição pela “verdade” enquanto “correspondência” ou “fidelidade” ao real vivido, as estórias dominantes “não representariam suficientemente as experiências vividas por uma pessoa ou estariam em contradição com aspectos vitais dessa experiência” (White & Epston, 1990, p. 28). Por conseguinte, a “estória-problema” seria uma representação distorcida, truncada e disciplinadora da experiência, traduzindo-se numa autorrepresentação inadequada, porque impregnada de autoignorância e de automutilação, que derivaria dos “conhecimentos unitários” e dos “discursos normalizadores” que, com as suas técnicas de saber/poder, reificam os sujeitos, cuja docilidade autoriza e perpetua a consistência daquela “verdade” e daquele “problema”, ordenadores das vidas e das relações.

As técnicas de dominação seriam neutralizadas e superadas por duas técnicas essenciais. Primeiramente, na ordem da diacronia conversacional, a “externalização” ou dissociação entre a “estória-de-vida” e a “estória-problema”, num propósito de invalidação ou infirmação da autoridade do “problema”. Em segundo lugar, a identificação de “episódios singulares” (*unique outcomes*, na terminologia de Goffman, recuperada por White e Epston, 1990, pp. 15-16), operadores de abertura e inovação narrativa idiossincrática, captaria aspectos resistentes da experiência vivida previamente “não estoriados” (*previously gone unstoried*) e desencadearia uma “re-descrição narrativa” (*re-storying*) aliada à “re-identificação e re-ativação do autor/narrador” (*re-authoring*), isto é, uma insurreição do sujeito subjugado para assumir a voz silenciada do seu conhecimento “único”, salvando a sua irreverente, dissidente, indisciplinada e mais expressiva singularidade.

A separação entre a matéria una da experiência vivida e as formas narrativas múltiplas constitui a técnica terapêutica essencial. A proposta teórica da

existência de um real vivido, sempre demasiado rico para ser plena e definitivamente “representado” por uma única narrativa, é assim mimetizada em consulta e decalcada em técnica conversacional externalizadora, re-autorizadora e re-membradora (*externalizing, re-authoring, re-membering conversations*; White, 2007) que redefine a paisagem narrativa com a nova topografia (ou apenas “nova cartografia mental”) dos “episódios únicos”. Percebe-se, desta forma, que “à medida que as pessoas se separam das suas estórias” tornam-se capazes de “interromper a sua leitura habitual e atuação [performance] nestas estórias” (White & Epston, 1990, p. 16), ainda que seja necessária uma colaboração redaccional (daí a técnica “*scaffolding conversations*”; White, 2007).

518

Vivência e narrativa remetem a fenômenos qualitativamente distintos: a matéria bruta da vida vivida e a sua forma simbólica, fruto de uma morfogênese cuja inteligibilidade oscila entre mimesis e poiesis, representação e invenção. Porém, o sujeito vivencia não algo absolutamente informe, primordialmente obscuro, aguardando o investimento categorial, linguístico-simbólico de que a narrativa ofereceria a melhor expressão, mas existe compreendendo-se sempre já como “ser-em-estórias”, como eficácia simbólica auto-referencial da narrativa-vivência, numa unidade indissociável e co-originária de sentido. Nesta segunda aceção, a *genesis* da vivência encontra-se justamente no momento da própria elaboração da narrativa, sendo indestrinçável da mesma. Aliás, na nossa hipótese, a narrativa é a epifania dialógica da vivência: a sua emergência como co-leitura e co-escrita simultâneas que se abrem a uma infinitude virtual de colaborações simbólicas que constitui a própria abertura polissémica e poli-hermenêutica da experiência-enquanto-simbolização.

Defendemos que a vivência não é nunca uma “coisa-em-si”, mas, antes, uma performance simbólica, uma vivência-em-estória. Ou seja, não existe nunca um problema absolutamente “real”, i.e., ao nível do vivenciado, em que a narrativa seria apenas uma forma de descrever o que aconteceu ou acontece, porque a sua forma produz conteúdo: a sua sintaxe transporta semântica. Para nós, a experiência ou vivência psicológica, no seu *processo fenomenológico e hermenêutico* de articulação sensorial e linguística com uma “subjetividade”, é sempre já a vivência-para-nós, a narrativa da vivência, em que a narração realiza uma simbolização contingente, conectando as vozes de narrador(es), narratário(s), ator(es) e ações/acontecimentos. O *pathos*, o “problema” ou a “narrativa de sofrimento” é, por definição, uma avaliação particular, perspectivista, e exprime o desejo de redação de uma outra estória, assinalando a

ARTIGOS

carência de sentido e de verdade ainda-não-vividos. Portanto, a contingência do “problema” só se torna recognoscível quando se instaura uma polêmica entre interpretações concorrentes em formação ou transformação. O processo de tomada de consciência do efeito definidor das perspetivas interpretativas disciplinares, que conferem o caráter de “problema” ou de “patologia” a uma experiência humana, produz um hiato criativo, um intervalo de liberdade, uma desestabilização semântica (talvez mínimos ou infinitesimais, mas superiores a zero), entre o sujeito discursivo e o discurso subjetivador.

Quando se comprehende que a linguagem transporta e configura a “problematicidade” da vivência, dá-se um *insight* estrutural, uma epifania da relação entre eu e símbolo e, eventualmente, uma implosão da mecânica inexorável do *pathos* sentido como conatural à vivência. A desativação do “problema” acontece pela sua entrada em múltiplas possibilidades discursivas, num jogo de polifonia ideológica que mobiliza o sujeito para assumir, sempre colaborativamente, numa ecologia dialógica específica, a re-significação ou redescrição de si próprio. A narrativa é, então, simultaneamente a voz da gramática normativa, através da qual o problema pôde surgir como estória dominante de uma vida, e as vozes inovadoras, procedendo da colaboração simbólica que pode exercer um efeito terapêutico emancipador.

519

Técnicas de subjetivação: a vida e o “Eu” como obra de arte

Defendemos que a terapia narrativa é uma técnica de ressubjetivação que conjuga “técnicas de significação” (impregnadas de “técnicas de dominação”) e “técnicas de si”. As técnicas de si procedem do “cuidado de si”, estudado por Foucault (1984) no contexto da sexualidade e da hermenêutica dos desejos ao serviço da constituição de um sujeito ético capaz de conduzir o seu auto-controle e a sua auto-fruição. As técnicas de si são, nas palavras de Foucault (1980/2013),

técnicas que permitem aos indivíduos efetuar, por si próprios, certas operações sobre os seus próprios corpos, os seus próprios espíritos, os seus próprios pensamentos, a sua própria conduta, de modo a transformarem-se a si mesmos, modificarem-se a si mesmos e atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural etc. (p. 38)

Na nossa leitura, técnicas de si e técnicas de dominação podem dissociar-se, mas não são estranhas entre si. Técnicas de dominação e técnicas

de autotransformação são processos com polarizações diferentes, mas que se intersetam na “governamentalidade” (Foucault, 1988a, p. 1604). O “cuidado de si” rege e orienta “o desenvolvimento de uma arte da existência que gravita em torno da questão do si” (Foucault, 1984, p. 316), problematizando a relação do eu a si próprio e aos outros, porque cuidar de si implica preparar-se para o exame da verdade, onde revelação, criação e destruição de si podem confluir. Nesta problematização, as “técnicas de si” platônicas e cristãs tenderiam a fazer convergir “cuidado de si” e “conhecimento de si”, privilegiando o “conhecimento” que absorve o “cuidado”, quer através da reminiscência e da autocontemplação, quer através da autoexegese (a decifração das culpas). Na filosofia helenística e romana do “eu”, ao invés, o “cuidado de si” teria a primazia sobre o “conhecimento de si”, respondendo à inquietude prática pela unificação ideal de si enquanto vontade e conhecimento, como atesta o objetivo de alcançar um “eu gnómico”, perfeita identidade entre conhecer e querer (Foucault, 1980/2013, p. 50). As técnicas de si (onde se destaca a escrita de si), o cuidado de si, desdobrado no cuidado e na coragem da verdade como veridicção, a estética da existência e a arte de viver ou de governar a sua própria vida (incluindo a hermenêutica dos desejos, o uso dos prazeres e a ética erótica) constituem um amplo terreno exploratório que complexifica a conceção de normatividade e de liberdade (Foucault, 2001, 2008, 2009, 2012, 2014).

Os autores ligados à psicoterapia narrativa não trabalham estes preciosos materiais do último Foucault. Porém, as suas técnicas terapêuticas (e.g., externalização, epistolografia, autobiografia, reautoría, dramatização etc.), baseadas na veri-dicção e também, diríamos, com um neologismo nosso, na “verificação”, isto é, na autoficção capaz de efeito de verdade, manifestam ressonâncias pregnantes com as “técnicas de si”, insuficientemente exploradas.

Conclusão: aprender a arte das artes

Na psicoterapia narrativa de White e Epston (1990), procede-se à leitura -redação de cartas, diários e outros documentos históricos ou autoficcionais, que se tornam “técnicas de si” dirigidas por um outro, figura (autonegada) do Mestre. Ao analisar a integração da escrita nas “técnicas de si”, Foucault (1988c, p. 1237) define-a “como elemento de treino de si”, que a desempenha “uma função *ethopoiética*: ela é um operador da transformação da verdade em *ethos*”. Noutra passagem, o mesmo trabalho de “hermenêutica

ARTIGOS

das técnicas de si”, Foucault (1988a, p. 1619; cf. 2001, p. 398) comenta o ascetismo estoico nos seguintes termos: “A *askēsis* é um conjunto de práticas pelas quais o indivíduo pode adquirir, assimilar a verdade e transformá-la num princípio de ação permanente. A *alétheia* torna-se o *éthos*. É um processo de intensificação da subjetividade”. Ora, *ethopoiesis* não se confunde com *autopoesis*: esta significaria uma autocriação ou auto-organização espontânea com recursos próprios, autossuficientes ou autárquicos, enquanto *ethopoiesis* denota a produção de uma forma de vida, aspirando à exemplaridade da beleza e da verdade, mediante a aplicação de uma técnica de transformação de si.

A “arte das artes” (*ars artium*) consiste na “autofinalização” e “direção de consciência”, isto é, no “governo de si” (Foucault, 1978/1990, p. 37), mas dada a proliferação e a sofisticação das artes etopoéticas, a “hermenêutica de si” deverá desposar a “crítica de si” para permitir a constituição pragmática de uma subjetividade livre, imersa na “salvação” e de “conversão a si”, que é uma atividade coextensiva à própria vida (Foucault, 2001, pp. 170-178, 199-210; 2008, pp. 7-44). A vida e o próprio “eu” tornam-se matérias de técnica e, portanto, obras de arte, dentro do paradoxo da fusão entre arte, artífice e artefato que Foucault tenta esclarecer (desde o modelo psicopedagógico de Alcibiades e Fédon, em Platão, até as práticas romanas e helenísticas de várias gerações de estoicos, epicuristas, cínicos, que inspirarão práticas similares de auto e hetero-exame de vida nas comunidades gnósticas e cristãs):

521

Fazer da sua vida o objeto de uma *tekhne*, fazer da sua vida, por conseguinte, uma obra — obra que seja (como deve ser tudo o que é produzido por uma boa *tekhne*, uma *tekhne* razoável) bela e boa — implica necessariamente a liberdade e a escolha daquele que utiliza a sua *tekhne*. (Foucault, 2001, p. 405; tradução nossa)

O valor da obra obtida pela *arte da vida* pode medir-se pela “conformidade à verdade” e pela “felicidade” (Foucault, 2009, pp. 282-294). A verdade poiética do “eu” transmuta a sua aventura da busca da máxima inteligibilidade em aventura irônica da ignorância que, ao mesmo tempo, se ignora e não se ignora, sabendo que o processo da obra bioestética ou *ethopoética* é fruição de inacabamento e de contingência existencial. Reconhecer-se como “obra aberta” (Eco, 2009) é possuir a inteligência da morfogênese simbólica do “eu” que exerce a coragem crítica e a reflexividade, articulando a autoatividade constitutiva do sujeito ético e as normas discursivas onde a “práxis” e a “poiesis” do “eu” se reconhecem como subjetivadoras. O imperativo ético-estético que rege a subjetivação poderia ser talvez: “Transforma-te em questão

insolúvel”, mas responde-te sempre, ou seja, “Ficciona-te como estórias infinitamente possíveis”.

Referências

- Angus, L., & McLeod, J. (Eds.) (2004). *Handbook of Narrative and Psychotherapy: Practice, Theory, and Research*. New York, U.S.A.: Sage.
- Brown, C., & Augusta-Scott, T. (Eds.) (2007). *Narrative Therapy: Making Meaning, Making Lives*. London, UK: Sage.
- Dilthey, W. (1927). *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften: Gesammelte Schriften VII. Band*. Stuttgart-Göttingen, Germany: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Duvall, J., & Béres, L. (2011). *Innovations in Narrative: Connecting Practice, Training, and Research*. New York, U.S.A.: Norton.
- Eco, U. (2009). *Obra Aberta*. Lisboa, Portugal: Difel.
- Fee, D. (Ed.) (2000). *Pathology and the Postmodern: Mental Illness as Discourse and Experience*. London, UK: Sage.
- 522
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1972). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité I: La volonté de savoir*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1979). What is an Author? In J. V. Harari (Ed.), *Textual Strategies* (pp. 141-160). Ithaca, U.S.A.: Cornell University Press.
- Foucault, M. (1984). *Histoire de la sexualité III: Le souci de soi*. Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1988a). Les techniques de soi. In *Dits et écrits II. 1976-1988* (pp. 1602-1632). Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1988b). La technologie politique des individus. In *Dits et écrits II. 1976-1988* (pp. 1632-1647). Paris, France: Gallimard.
- Foucault, M. (1988c). L'écriture de soi. In *Dits et écrits II. 1976-1988* (pp. 1234-1249). Paris, France: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1983).
- Foucault, M. (1990). Qu'est-ce que la Critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de*

ARTIGOS

- la société française de philosophie*, 84(2). (Trabalho original publicado em 1978).
- Foucault, M. (2001). *L'herméneutique du sujet: Cours au Collège de France 1981-1982*. Paris, France: Gallimard/Seuil.
- Foucault, M. (2008). *Le gouvernement de soi et des autres: Cours au Collège de France 1982-1983*. Paris, France: Gallimard/Seuil.
- Foucault, M. (2009). *Le courage de la vérité: Le gouvernement de soi et des autres II: Cours au Collège de France 1984*. Paris, France: Gallimard/Seuil.
- Foucault, M. (2012). *Du gouvernement des vivants: Cours au Collège de France 1979-1980*. Paris, France: Gallimard/Seuil.
- Foucault, M. (2013). *L'origine de l'herméneutique de soi: Conférences prononcées à Dartmouth College, 1980*. Paris, France: Vrin. (Trabalho original publicado em 1980).
- Foucault, M. (2014). *Subjectivité et vérité: Cours au Collège de France 1980-1981*. Paris, France: Gallimard/Seuil.
- Freedman, J., & Combs, G. (1996). *Narrative Therapy: The Construction of Preferred Realities*. New York, U.S.A.: Norton.
- Gergen, K. (2009). *Relational Being: Beyond Self and Community*. New York, U.S.A.: Oxford University Press.
- Gilligan, S., & Price, R. (Eds.) (1993). *Therapeutic Conversations*. New York, U.S.A.: Norton.
- Hook, D. (2007). *Foucault, Psychology and the Analytics of Power*. Hounds Mills, UK: Palgrave Macmillan.
- Madigan, St. (2011). *Narrative Therapy*. Washington, DC, U.S.A.: APA.
- Malinen, T., Cooper, S., & Thomas, F. (Eds.) (2012). *Masters of Narrative and Collaborative Therapies: The Voices of Andersen, Anderson, and White*. New York, U.S.A.: Routledge.
- McLeod, J. (1997). *Narrative and Psychotherapy*. London, UK: Sage.
- Parker, I. (Ed.) (1995). *Deconstructing Psychopathology*. London, UK: Sage.
- Parker, I. (Ed.) (1999). *Deconstructing Psychotherapy*. London, UK: Sage.
- Payne, M. (2006). *Narrative Therapy: An Introduction for Counsellors* (2nd ed.). London, UK: Sage.
- White, M. (2007). *Maps of Narrative Practice*. New York, U.S.A.: Norton.
- White, M. (2011). *Narrative Practice: Continuing the Conversations*. New York, U.S.A.: Norton.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. New York, U.S.A.: Norton.

523

Resumos

(Michel Foucault and the narrative revolution in psychopathology and psychotherapy: Being-in-stories between pathos and poiesis)

The narrative model in psychopathology and psychotherapy, increasing dynamic since the initial proposal of White and Epston (1990), reaffirms itself as a "discursive" critique of psychopathological diagnosis categories, as well as of cognitive and practical asymmetry within the psychotherapeutical relationship. In this paper, we examine the epistemological foundations of this model, turning to Michel Foucault to examine the symbolic processes inherent to the narrative creation of subjectivity.

Key words: Narrative therapy, Michel Foucault, life story, subjectivity

(Michel Foucault et la révolution narrative en psychopathologie et psychothérapie: être-dans-des-histoires entre pathos et poiesis)

Le modèle narratif de la psychopathologie et de la psychothérapie, dont le dynamisme s'intensifie depuis White et Epston (1990), s'affirme comme une critique discursive des catégories de diagnostic psychopathologique, ainsi que de l'asymétrie cognitive et de la pratique du rapport psychothérapeutique. Cet article examine les fondements épistémologiques de ce modèle et analyse, avec Michel Foucault, les processus symboliques de la création narrative de la subjectivité.

Mots clés: Thérapie narrative, Michel Foucault, histoire de vie, subjectivité

(Michel Foucault y la revolución narrativa en psicopatología y psicoterapia: ser-en-historias entre pathos y poiesis)

El modelo narrativo en psicopatología y psicoterapia, con dinamismo creciente a partir de la propuesta inicial de White & Epston (1990), se presenta como crítica discursiva, no sólo de las categorías de diagnóstico psicopatológico, sino también de la asimetría cognitiva y de la práctica en la relación psicoterapéutica. En este artículo, se examinan los fundamentos epistemológicos de este modelo, recurriendo a Michel Foucault los procesos simbólicos de creación narrativa de la subjetividad.

Palabras clave: Terapia narrativa, Michel Foucault, historia de vida, subjetividad

(Michel Foucault und die narrative Revolution in der Psychopathologie und Psychotherapie: In-der-Geschichten-Sein zwischen Pathos und Poiesis)

Das narrative Modell der Psychopathologie und Psychotherapie, dessen Dynamik seit White und Epston (1990) zugenommen hat, versteht sich als 'diskursive' Kritik der diagnostischen Kategorien von psychischen Störungen, sowie der kognitiven und praktischen Asymmetrie der therapeutischen Beziehung. In diesem Artikel

ARTIGOS

untersuchen wir die Grundlagen dieses Modells und analysieren, unter Bezugnahme von Michel Foucaults Theorie, die symbolischen Prozesse der narrativen Schaffung von Subjektivität.

Schlüsselwörter: Narrative Therapie; Michel Foucault; Lebensgeschichte; Subjektivität

Citação/Citation: Jesus, P. (2017, setembro). Michel Foucault e a revolução narrativa em psicopatologia e psicoterapia: ser-em-estórias entre *pathos* e *poiesis*. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 20(3), 511-525. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n3p511.7>

Editores do artigo/Editors: Profa. Dra. Ana Maria Rudge e Profa. Dra. Sonia Leite

Recebido/Received: 12.8.2016 / 8.12.2016 **Aceito/Accepted:** 15.10.2016 / 10.15.2016

Copyright: © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

525

Financiamento/Funding: O autor declara não ter sido financiado ou apoiado / The author has no support or funding to report.

Conflito de interesses/Conflict of interest: O autor declara que não há conflito de interesses / The author has no conflict of interest to declare.

PAULO JESUS

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras; Instituto de Desenvolvimento Humano Portucalense.
Universidade Portucalense Infante D. Henrique
Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541
4200-072 Porto, Portugal
pauloj@upt.pt



This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial purposes provided the original authors and sources are credited.

Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, 20(3), 511-525, set. 2017